

[Nossa humanidade está ameaçada por quem deveria protegê-la, por Paula Guimarães](#)

“A [bruxa] já se foi [...] [mas] seus medos e as forças contra as quais lutou durante sua vida ainda vivem”. A afirmação de Starhawk, do livro *Patriarcado e acumulação em escala global* (1997), citado em *Calibã e a bruxa* de Silvia Federici (2017), trata da caça às bruxas no contexto da acumulação primitiva no século XV que deu início ao processo capitalista. Uma abordagem que confere historicidade aos tempos sombrios que as mulheres, especialmente brasileiras, vivem na atualidade. O revanchismo à maré feminista carimbado na eleição de Bolsonaro reflete a ambivalência deste período de esperança e medo.

[\(Catarinas, 08/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Há aproximadamente quatro anos, o movimento feminista iniciava um processo de expansão de suas fronteiras para chegar massivamente às mulheres. No Brasil, essa maré crescia inflada pelo repúdio e horror [ao PL 5069/13, idealizado pelo então deputado federal Eduardo Cunha](#), que propunha restringir o acesso ao aborto legal, negando o direito à informação sobre o serviço e impedindo a distribuição da pílula do dia seguinte.

Desde então, com ainda mais dedicação o patriarcado vem lançando mão de estratégias para conter a fúria daquelas que passam a questionar as dinâmicas de exploração e dominação, e levam o espírito da insurgência para os cantos mais remotos do Brasil. Enquanto nas escolas, as adolescentes organizam coletivos feministas, o governo tenta frear a força do movimento que já tomou proporções nunca vistas neste país.

Bolsonaro no poder é a investida mais condensada do patriarcado contra nossos desejos e sonhos de transformar tudo que nos imobiliza, violenta e cerceia nossa humanidade. Não é só a representação da anti-política na negação da sua essência dialógica e diplomática, como é também símbolo da anti-estética no ódio ao belo, do anti-erótico na moralização dos nossos desejos, e como não poderia deixar de ser é símbolo máximo do anti-feminismo, na expressão de um masculinismo concentrado e tóxico.

O atual presidente do Brasil é o próprio elogio ao machismo: só não estupraria mulheres que não “merecem”. Não bastasse a violência à deputada Maria do Rosário, [pela qual terá que se retratar conforme decisão da Justiça](#), Bolsonaro vai mais longe em seu discurso. Perguntado sobre a possível participação de sua família no assassinato de Marielle Franco pela jornalista Shannon Bream [do canal estadunidense Fox News](#), rebateu “que motivo eu teria para ser o mandante de um tipo de assassinato como esse? Eu nem a conhecia”.

A resposta suscita uma indagação de imediato: se tivesse motivos, Bolsonaro mataria alguém, mataria Marielle? Bem, sabemos que motivos não faltavam para o presidente do Brasil ter visto em Marielle um possível alvo de seu ódio: uma mulher preta, periférica, lésbica, feminista e ativista do direito ao aborto que enfrentava o patriarcado de frente.

Nessa conjuntura marcada pelo ressentimento normativo à visibilidade das pautas feministas, o direito ao aborto em gravidez decorrente de estupro — que no passado recente motivou o

estopim feminista — volta a ser questionado na arena pública. Ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Bolsonaro nomeou sua equivalência feminina, uma antifeminista histórica, que assessorando Magno Malta, construiu sua trajetória voltada a rechaçar o direito ao aborto, até mesmo em casos permitidos por lei.

Em seu [primeiro pronunciamento internacional](#), na 40ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 25 de fevereiro em Genebra, a ministra Damares Alves afirmou, sem pudor, que defenderá “o pleno exercício por todos do direito à vida desde a concepção e à segurança da pessoa”. O que significa criminalizar o aborto em todas as situações, inclusive nos casos de gravidez por estupro, risco de morte para a gestante e anencefalia fetal, ignorando todos os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, os quais estabeleceram o direito da mulher à [plena autonomia de escolha](#) sobre seus processos sexuais e reprodutivos.

Em 27 de março, Damares participou do relançamento da Frente Parlamentar pela Vida e pela Família, da qual se orgulha de ter contribuído para a instalação em 2015. A frente terá como prioridade avançar na aprovação do Estatuto da Família, que define família como núcleo de homem e mulher, Estatuto do Nascituro e PEC da Vida, cujos textos garantem na Constituição o direito à vida desde a concepção. A frente deve propor também um projeto de lei que proíbe explicitamente o aborto de fetos com síndrome congênita pelo Zika Vírus, caso que deve ser julgado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Nomeada por um governo que se elegeu tendo como seu principal projeto de país a liberação da posse e venda de armas, exímio defensor de grupos de extermínio e tortura, Damares não convence em seu discurso em favor da vida. Com suas declarações de escárnio às principais pautas feministas, a ministra é representativa do menosprezo desse governo à vida, fundamentalmente à vida das mulheres.

Defensora da vida abstrata, ao mesmo tempo que humaniza fetos Damares desumaniza as mulheres a serviço de seu capital político antifeminista. Em suas declarações, posiciona-se como árdua defensora da família e de sua estrutura à moda antiga — dos tempos em que a violência contra meninas e mulheres deveria ser assunto restrito ao ambiente doméstico — reforçando os papéis de gênero que subjagam mulheres ao posto de mães e esposas obedientes e servis a seus maridos, e expõem meninas à violência sexual pelos homens da casa. Classificamos como frágeis, merecedoras de flores, mas não dignas de acessarmos nossos direitos.

No mês das mulheres, seu ministério realizou evento cuja programação integrou a [palestra “Armadilhas do Feminismo”](#) pela deputada catarinense Ana Caroline Campagnolo (PSL), que recentemente lançou um livro de rechaço ao feminismo baseado na ideia de que as mulheres são historicamente privilegiadas, ao contrário de dominadas, na relação com os homens.

A tese de Campagnolo esbarra na verdade factual. Nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de brasileiras foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) passaram por algum tipo de assédio, segundo [levantamento do Datafolha](#) encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgado em fevereiro. Em 2017, 4.539 mulheres foram assassinadas no país, 1.133 delas morreram pelo simples fato de serem mulheres — conforme entendimento da lei do feminicídio que passou a tipificar esse tipo de crime.

Diante desses dados alarmantes, a ministra da mulher debocha das nossas vidas e fraudas nossas existências ao reproduzir e autorizar discursos hostis ancorados em falácias e deturpações da vida concreta. Não importam os números apontados pelas pesquisas e estudos de gênero, como na Idade Média a nova era de Damares é consubstanciada na religião e na crença em um deus misógino.

Tal qual a [santa] inquisição que levou centenas de milhares de mulheres à fogueira, por desenvolverem tecnologias contraceptivas e abortivas, a criminalização do aborto é o maior ativo político do patriarcado brasileiro na atualidade. A fogueira da inquisição contemporânea está direcionada para desqualificar a luta feminista na raiz característica da insurgência destes tempos.

O país que registrou 61.032 estupros em 2017, conforme anuário do Fórum citado anteriormente, realizou apenas 1.636 procedimentos de abortamento legal nesse período, incluindo todas as situações em que é legalizado. Ainda que o projeto de Eduardo Cunha não tenha sido aprovado, os acordos tácitos institucionais na omissão de informações, permitiram que entre 2011 e 2016, [4.262 crianças e adolescentes de 10 a 19 anos tivessem uma gestação resultante de estupro](#). Desse montante, 1.875 eram meninas de 10 a 14 anos violentadas sistematicamente, quase 73% do total. Em quase 70% das ocorrências o autor da violência é um familiar.

A não divulgação dos serviços credenciados para atendimento e a via-sacra para realizar o procedimento denunciam a sonegação de um direito, previsto há quase 80 anos no Código Penal, como apurou [reportagem](#) recente da Folha de São Paulo. Quando conseguem chegar aos hospitais, as vítimas de estupro ainda precisam lidar com os obstáculos morais sobrepostos ao fundamento máximo de que a palavra da mulher é suficiente para acessar o direito.

Todos os anos cerca de um milhão de brasileiras recorrem à clandestinidade para abortar, milhares ficam com sequelas, [cerca de 200 perdem a vida](#), como [Ingriane Barbosa que introduziu um talo no útero até morrer em Petrópolis \(RJ\)](#), deixando dois filhos pequenos para a mãe criar.

Ingriane morreu por medo de buscar socorro médico, porque a criminalização atinge seletivamente sua cor e classe social, como apontou [pesquisa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro em 2017](#). O hospital tem sido a porta de entrada das mulheres ao sistema penal, como apontou [reportagem do Catarinas](#). Só em 2017, [331 processos pela prática de aborto](#) foram distribuídos aos tribunais de justiça de 18 estados brasileiros.

É justo que uma mulher morra ou seja presa e estigmatizada por não ter condição social de acessar um abortamento seguro? Para Damares nossas vidas só importam se forem subjugadas, amordaçadas, humilhadas. A necropolítica governamental aponta para o disciplinamento de nossos corpos e nossa humanidade é ameaçada por quem deveria protegê-la.

A ministra da pasta das mulheres ignora o que se passa em países onde o aborto é totalmente criminalizado como Nicarágua e El Salvador, onde a perseguição é tamanha que mulheres são presas até por aborto espontâneo, conforme denunciaram organizações de mulheres na nota pública ["Ministra falta com a verdade na 40ª sessão do conselho de direitos humanos da ONU"](#). Ela desconhece que mesmo no Brasil, em que o procedimento é direito em três

situações, a criminalização da prática também [atinge mulheres que abortam involuntariamente](#).

Como afirmou há quatro anos, a filósofa feminista Márcia Tiburi em audiência pública que discutiu a legalização do aborto no Senado: [“aborta-se as mulheres para que elas não abortem”](#). É isso que busca a ministra ao institucionalizar a “nova era” da feminilidade dócil e domada: esvaziar a força política das mulheres em suas pautas mais caras, subtrair-lhes a potência, o corpo, o desejo, abortá-las em sua dignidade humana.

Às netas das bruxas que o patriarcado não conseguiu queimar resta o legado da rebeldia e insurgência. Não nos esqueçamos que representamos a força política mais mobilizadora destes tempos. Somos a antítese, o antídoto para derrotar esse governo que ao negar nossa existência, só faz reafirmar ainda mais a necessidade do feminismo.

[De índia a petista, conheça as conservadoras escaladas para o ministério de Damares](#)

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos juntou secretárias de perfis variados para tratar de temas como ensino domiciliar, suicídio e automutilação

[\(O Globo, 07/04/2019 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)

Das nove secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), seis são ocupadas por mulheres. Ao contrário do que se vê no Ministério da Educação (MEC), que vive em clima de paralisia criado por uma disputa interna, Damares Alves parece ter conseguido um feito: congregar diversidade em torno de um discurso coeso, de alto teor conservador. Foi do único núcleo de poder feminino no governo Bolsonaro, por exemplo, que saiu a proposta de reforma do ensino à distância. Na semana passada, a ministra foi defender sua visão de “homeschooling” na Câmara, uma pauta que, em outras administrações, poderia ter sido elaborada pelo MEC.

O conservadorismo é o que une as mulheres à frente das secretarias de Damares. Não se fala em feminismo, mas em ouvir mais os homens. A estrutura de proteção à comunidade LGBTI não foi alterada, mas defende-se a família “tradicional”. As protagonistas do MDH são um retrato de muitos Brasis: convivem uma líder indígena, uma amiga da primeira-dama Michelle Bolsonaro que é surda e uma evangélica petista que assinou manifesto em defesa de Dilma Rousseff durante o processo de impeachment. Petrucia Andrade é a única que já discordou, no passado, de Damares em tema central: assinou manifesto em defesa da descriminalização do aborto.

As mulheres de Damares apareceram com desenvoltura no primeiro trimestre no Congresso, no exterior e em cidades do interior anunciando projetos que vão do combate ao suicídio

indígena à prevenção da automutilação — ainda que sem apresentar políticas detalhadas.

Uma das iniciativas mais ambiciosas, mas ainda em estado inicial, é a tentativa de parceria com o Facebook e o Google para a criação de um sistema de buscas para crianças desaparecidas.

O GLOBO procurou todas as secretárias, mas três delas não quiseram dar entrevistas. O ministério informou que irá apresentar o conjunto de iniciativas da pasta — que tem orçamento de R\$ 450 milhões — “no momento que considerar apropriado”.

Com apoio de Damares, deputados relançam frente ‘pró-vida’ que é contra aborto em todas as situações

Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos compareceu ao evento, nesta quarta-feira

(O Globo, 27/03/2019 - acesse no site de origem)

Foi relançada, na manhã desta quarta-feira, a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. A frente existia desde 2015, mas sua lista de participantes estava defasada. O evento de lançamento contou com a presença e apoio de Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Agora presidida por Diego Garcia (PODE-PR), a frente terá como prioridade avançar na aprovação do Estatuto da Família (define família como núcleo de homem e mulher), Estatuto do Nascituro (incentiva mulheres a não abortar no caso de estupro) e PEC da Vida (insere na Constituição que a vida está protegida desde a concepção). Na prática, esses projetos impedem o aborto mesmo nos casos já previstos hoje pela lei: em decorrência de estupro, em caso de anencefalia — quando o feto não tem cérebro desenvolvido — e risco de vida para a mulher.

Em seu discurso, Damares Alves comentou que, quando ainda trabalhava como assessora do então deputado Robson Rodvalho, bispo da Sara Nossa Terra, escreveu a constituição para a criação da frente.

Ela mantém o discurso de que sua opinião pessoal — contra o aborto mesmo nas três hipóteses legais — não irá pautar a ação do ministério. Apesar disso, Damares destacou, em sua fala, que o país agora protege a “vida desde a concepção”.

— O recado do governo brasileiro na ONU foi que a nação brasileira agora protege a vida da criança desde a concepção. (O país) vai fortalecer políticas de acolhimento às grávidas, e fiz isso com muito orgulho — disse a ministra.

Projeto contra aborto em caso de zika

Diego Costa também aproveitou para anunciar que a frente está propondo, ainda nesta quarta, um projeto de lei que proíbe explicitamente o aborto no caso de fetos vítimas de microcefalia e sequelas neurológicas decorrentes de doenças como a zika, caso que deve ser julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) em breve.

Natália Portinari

Violência doméstica é ato de covardia e precisa ser coibida, diz Moro

Governo vai usar tecnologia para combater crimes contra mulher

(Agência Brasil, 08/03/2019 - acesse no site de origem)

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, assinaram hoje (8) acordo de cooperação técnica para combater a violência doméstica no Brasil. A proposta do governo federal, segundo Moro, é “incrementar” a utilização de tornozeleiras eletrônicas e de outros tipos de dispositivo – como o chamado botão de pânico que, ao ser acionado, envia uma mensagem com a localização da pessoa para agentes de segurança.

“A violência doméstica, não preciso dizer, todos sabem, é um grande problema. É um ato de covardia e isso tem que ser coibido. Uma das formas de coibir isso é através de mecanismos tecnológicos. Nós já os temos no Brasil, mas o uso precisa ser mais disseminado”, destacou, ao citar a queda no percentual de utilização das tornozeleiras no Brasil entre 2016 e 2017.

De acordo com o ministro, das cerca de 51 mil tornozeleiras eletrônicas disponíveis no país, apenas 2,83% estão sendo utilizadas para combater esse tipo de crime. “As tornozeleiras já existem, mas estão sendo utilizadas mais frequentemente em outras situações do que para prevenir a violência doméstica”.

Questionado se haverá compra de novas tornozeleiras ou se tornozeleiras utilizadas em outros crimes serão redirecionadas para o combate à violência doméstica, Moro disse que “todas as hipóteses são possíveis”.

Ligue 180

Os ministérios agora têm 30 dias para assinar um plano de trabalho que vai detalhar metas, cronograma e atribuições de responsabilidade de cada órgão e de instituições parceiras. O início da coleta de dados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública deve ocorrer no prazo de até 15 dias, a contar da publicação do documento. O acordo de cooperação técnica terá duração de 24 meses.

Dados do Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) divulgados durante a assinatura do acordo revelam que 17.836 denúncias foram registradas até o último dia 26 - um aumento de cerca de 36% em relação ao mesmo período do ano passado. Os números, de acordo com o governo federal, são alusivos a casos como cárcere privado, feminicídio, trabalho escravo, tráfico de mulheres e violência física, moral, obstétrica e sexual.

“Infelizmente, nesta nação, os números ainda nos assustam”, disse Damares, ao apresentar o balanço. “No quesito violência contra a mulher, a gente se assusta cada vez que faz um levantamento”, completou, ao afirmar que é preciso avançar no combate à violência doméstica.

Campanha

Após o balanço, a ministra lançou a campanha Salve uma Mulher, voltada para profissionais como cabeleireiros, manicures, maquiadores e outros capazes de identificar sinais de violência contra a mulher. A ideia, segundo ela, é enfrentar a violência contra o público feminino por meio de ações que visem conscientizar para a responsabilidade de todos - em especial, profissionais que lidem com as mulheres todos os dias, como no campo da beleza.

“Eles poderão orientar suas clientes, considerando essa relação que, muitas vezes, é de confiança. Todos os casos de agressões devem ser denunciados”, concluiu Damares.

Paula Laboissière; Edição: Luiza Damé

Sem querer, ministra Damares impulsiona movimento feminista, por Debora Diniz

Na coluna desta semana, Debora Diniz explica como discurso retrógrado da ministra tem efeito contrário

(Marie Claire, 16/01/2019 - acesse no site de origem)

Feministas são feias, mal-amadas e não se depilam. Mais do que sapatões de sítio, feministas não gostam de homens. Queriam ser como eles, por isso propõem uma inversão de valores no mundo vestindo rosa nos meninos e azul nas meninas. Feministas desorganizam a casa, pedem para os filhos lavarem a louça ou arrumarem o quarto. É tão grave o que fazem as feministas que sequer querem mais filhos, por isso lutam por descriminalizar o aborto. Em resumo, as feministas são mulheres problemáticas que mais deveriam estar em um hospício que pelas ruas.

Eu sou uma feminista. Não preciso aqui listar quantas roupas azuis havia no meu guarda-roupa quando criança para avaliar se tive um desenvolvimento de gênero apropriado à minha sexagem ao nascer. Sou casada com um homem, o mesmo há 25 anos, numa relação mais normalizada que a de homens e mulheres de bem que apontam o dedo para a vida alheia. Nunca fiz um aborto, mas estou convencida que nenhuma mulher pode ser presa por abortar. Não tenho filhos para ensiná-los sobre lavar pratos ou passar roupa, mas não descrevo o

trabalho doméstico de maridos ou companheiros como “ajuda”. Em minha família, os dois cuidamos da casa, do orçamento, e planejamos o cuidado de nossos dependentes.

Ministra Damares é só uma voz ruidosa das que repetem essas fantasias sobre as feministas. E o faz a partir de um roteiro – ao mesmo tempo em que diz “fui violentada na infância” ou “sou mãe sozinha”, repete as tolices de “feministas feias”. Se sinto compaixão pelo horror de sua experiência infantil, não me provoca sua biografia para as “novas formas de família”. Há décadas mulheres negras e pobres são chefes de família, sozinhas por vontade própria ou abandono, e jamais essa foi uma bandeira de reconhecimento à diversidade. Essa é uma típica frase de mulheres burguesas sobre a maternidade solitária como um projeto feminista, o que não parece ser o caso da ministra, ou de mulheres da casa grande que “pegavam meninas para criar”. Não duvido do amor e do cuidado da ministra à sua filha, só não me convence a personagem para o papel de famílias alternativas.

Assim como não há um termômetro para o feminismo ou um rito de iniciação como fazem os grupos religiosos, não há uma feminista típica. O feminismo como forma de vida, conjunto de ideias e valores, práticas e políticas é o que garantiu que uma mulher chegasse à ministra de direitos humanos de um país com valores patriarcais. É verdade que, no atual jogo de homens bravos que fazem flexão de braço uns aos outros como saudação mútua, o posto de Damares é parte do jogo masculino, por isso a pastora se torna ainda mais uma personagem caricata. Ela é o feminino que faz broma de todas nós – feministas ou não – pois arranca da história o que nossas antepassadas lutaram para vencer.

É bom que Damares seja bufona no cargo. Fortalece o feminismo, pois uma geração de meninas, adolescentes, mulheres comuns que jamais pensariam sobre o feminismo passam não só a abraçá-lo como levar adiante suas mensagens. Não por acaso muitas mulheres e homens repetiram causa feminista simples após o episódio das cores – vestiram-se como quiseram no trabalho, na casa ou nas televisões. Quanto mais Damares odiar o feminismo, mais fortes as feministas sairão desta história. Não importam quem sejamos, nomeiem-se como quiserem. O grupo que faz graça da pastora só aumenta. E no humor nos fortalecemos como feministas.

Nomeação de Damares Alves é expressão perversa da política feita por homens, por Debora Diniz

Em sua coluna de semana, Debora Diniz comenta escolha da pastora para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

(Marie Claire, 11/12/2018 - acesse no site de origem)

A nomeação da pastora Damares Alves como ministra é uma das expressões mais perversas da política feita por homens. Se sua presença responde ao clamor por representatividade feminina na política, por ser uma pastora, sua voz conformará o tom evangélico aos direitos humanos. O

título Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos não poderia ser mais honesto para a cruzada evangelizadora - direitos humanos será apenas o cosmético vocabulário para a política familista de enquadramento das mulheres.

A pastora não esconde suas pretensões de iniciar uma “revolução cultural” e explica seus princípios - “meninos entregarão flores às meninas nas escolas” para que entendam “que meninos e meninas não são iguais”. A desigualdade a que se refere é simples: “meninas são mais frágeis que meninos”. O uso da linguagem formal de direitos humanos e, em particular, à menção ao princípio da igualdade, não é inocente. Não há teoria de gênero que sustente igualdade de matéria entre os corpos, essa é uma fantasia erótica dos que acreditaram em kit gay ou se arrepiam em imaginar que há crianças transexuais no mundo.

Mulheres são diferentes de homens, velhos de crianças. Há matéria nos corpos e ela é tangível - o que as normas de gênero nos provocam a pensar é sobre os sentidos da matéria para as formas de existir. Nem todas as mulheres terão filhos, nem todos os homens honrarão com sua responsabilidade parental. Foram os estudos de gênero que nos ajudaram a desvincular a matéria dos corpos dos destinos da reprodução - foi uma conquista civilizatória não mais morrer no parto após uma dúzia de filhos como fizeram nossas bisavós ou avós.

A confusão entre matéria e existência é um jogo de linguagem para esvaziar a luta por igualdade entre os homens e as mulheres no mundo. Por isso, não foi por acaso que as primeiras palavras da ministra foram sobre aborto e família. A centralidade da luta feminista no direito ao planejamento familiar tem uma razão evidente, pois é pela naturalização dos corpos que se controlam as mulheres, mantendo-as como cuidadoras e reprodutoras. A pastora reduz as mulheres ao seu papel reprodutivo, em uma caricatura do feminino que nem mesmo corresponde às personagens da ficção do ciclo do açúcar no Brasil - “meu sonho era ficar na rede à espera de joias do marido”, disse ela.

Não se trata apenas de uma narrativa do século 19 em uma mulher na política do século 21. Há perversidade na composição da personagem que, em sua complexidade, transforma os direitos humanos em uma cruzada evangélica sobre como devem se comportar as mulheres, como sexualidade ou aborto devem ser temas prioritários à política familista. Por isso, os primeiros pronunciamentos da ministra pastora não foram sobre os temas vergonhosos da agenda de direitos humanos no país, como o encarceramento ou a violência urbana, mas sobre gênero e sexualidade. Sua ousadia em declarar que “gravidez é um problema que só dura 9 meses, e aborto é para toda a vida” é um sinal de como ignora que a maternidade é um projeto existencial eterno para as mulheres. Ser mãe é uma decisão que só há data de início e o prazo de validade só termina com a orfandade dos filhos.

A razão de tamanha ousadia contra as mulheres é simples - haverá uma divisão de tarefas na agenda de direitos humanos. Caberá ao ministro Moro atuar no campo dos direitos humanos como política criminal; à pastora Damares, a fragmentação da agenda de direitos humanos tendo os direitos reprodutivos das mulheres como objeto da guerrilha moral. A estratégia é cruel e desonesta. O homem do combate ao crime é um herói, a mulher do cuidado da família é uma personagem caricata que balbucia princípios de direitos humanos como fingimento para as entrelinhas missionárias.